

A.I. Nº - 279102.0009/17-7
AUTUADO - NORVAL URIAS DA SILVA
AUTUANTE - PERICLES ROCHA DE OLIVEIRA
ORIGEM - INFRAZ JUAZEIRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 27.04.2018

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0050-04/18

EMENTA: ICMS. RECOLHIMENTO A MENOR. **a)** DIVERGÊNCIAS ENTRE O VALOR RECOLHIDO E O INFORMADO EM DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS. **b)** APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA DA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO. Restou comprovado pelo autuante que o valor do imposto lançado nos livros fiscais estavam de acordo com o previsto na legislação apesar de terem sido destacados incorretamente em diversos documentos fiscais. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/09/2017, formaliza a constituição de crédito tributário no valor de R\$42.305,41, em decorrência do cometimento das seguintes infrações à legislação do ICMS imputadas ao autuado:

1 - 03.01.04-Recolheu a menor o ICMS em função de divergência entre o valor do imposto recolhido e o informado em documentos e livros fiscais, em declarações econômico-fiscais e/ou arquivo s eletrônicos, sendo exigido ICMS no valor de R\$39.005,57, acrescido da multa de 60%.

2 - 17.03.07- Recolheu a menor o ICMS em razão da aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas sendo exigido ICMS no valor de R\$3.299,84, acrescido da multa de 60%.

O autuado apresentou defesa (fls. 12 a 14) esclarecendo em relação a infração **01 – 03.01.04**, que o ocorrido se deu pela correção na tributação de produtos e alíquotas de ICMS dentro do próprio sistema de escrituração fiscal gerador dos livros fiscais e de apuração do ICMS, onde foram corrigidas distorções originadas por falha na configuração do sistema de emissão de notas fiscais.

Assevera que de forma alguma gerou prejuízo ao Fisco Estadual, portanto, não houve recolhimento a menor e sim um ajuste nos documentos fiscais a fim de debitar o valor correto do ICMS, seja para maior ou menor.

Anexa planilhas, em meio digital, (Saidas_ ano - mês_Escrita Fiscal_X_NFE emitida), comprovando o ora exposto e informa que identificadas as falhas na emissão dos documentos fiscais, prontamente as mesmas foram corrigidas na escrituração dos documentos, obtendo-se com exatidão os valores de crédito e débito do ICMS dentro do período de apuração, portanto a cobrança não procede.

Em relação a infração **02 – 03.02.02** diz que assim como ocorrido na infração anterior a diferença entre o ICMS recolhido e a recolher encontrada pelo nobre auditor se deu por ter havido correções na escrita fiscal dentro do fechamento mensal sem prejuízo ao Fisco ou uso de má fé por parte da empresa, e sim o ajuste necessário a correta aplicabilidade das alíquotas previstas em lei concernentes às operações interestaduais para contribuintes do imposto e para não contribuintes sendo estes, pessoas físicas ou jurídicas.

Ressalta que o ajuste se deu tanto para maior como para menor, e que com isso a empresa buscou apenas a apurar os impostos devidos dentro do que determina a legislação vigente, sem prejuízo a ela mesma ou ao Estado, o que poderá ser analisado através de planilhas de demonstrativos (Demonstrativo de débito de ICMS Dados – NFE emitida) , que anexa à defesa.

Conclui não haver diferença a ser exigida, resumindo que a ocorrência das infrações demonstradas pelo auditor fiscal não levaram em conta as correções feitas na escrita fiscal dentro do período de apuração. Estas correções não foram apenas para menor, mas também para aumentar o débito do ICMS conforme a situação.

Reafirma que as planilhas apresentadas em meio digital demonstram minuciosamente os cálculos para obtenção do valor devido pela empresa, sendo a cobrança improcedente. Caso a mesmas permaneçam a empresa estará sendo penalizada com o pagamento de impostos anteriormente recolhidos.

Finaliza solicitando a Improcedência da autuação.

O autuante ao prestar a informação fiscal à fl. 25 faz um resumo dos argumentos defensivos nos seguintes termos:

“Para justificar as diferenças encontradas pela Fiscalização, a defesa da autuada afirma que possui um “sistema de escrituração fiscal gerador dos livros fiscais e de apuração do ICMS “; que este corrigiu distorções ocorridas em outro sistema, o de emissão de notas fiscais; e que não houve prejuízo ao erário. Para atestar suas assertivas anexou planilhas.”

Após, informa que analisando as referidas planilhas e feito o confronto com a escrituração mecânica e também EFD, constatou que de fato as inconsistências verificadas nas notas fiscais não foram reproduzidas nos livros.

Reconhece o acerto e boa fé do procedimento do contribuinte e requer a Improcedência da ação fiscal.

VOTO

No presente lançamento está sendo exigido crédito tributário em decorrência de duas infrações. Ambas dizem respeito ao recolhimento a menor do ICMS sendo que a primeira foi em razão de divergências entre o imposto recolhido e o informado em documentos e livros fiscais, declarações econômico-fiscais e/ou arquivos eletrônicos. A segunda em razão da aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação.

Na apresentação da defesa o sujeito passivo alega que houve falhas na emissão dos documentos fiscais, porém, tais equívocos foram corrigidos nos livros fiscais onde foram lançados corretamente os valores de débito e crédito do ICMS, inexistindo recolhimento a menor do imposto. Informa ainda que os ajustes ocorreram para mais ou para menos conforme demonstrativos que anexou na mídia eletrônica anexada à fl. 23.

O autuante ao prestar a Informação Fiscal confirma que após o confronto entre os dados informados na referida mídia eletrônica e a escrituração mecânica e EFD, confirmou que as inconsistências verificadas nas notas fiscais não foram consideradas nos livros fiscais, inexistindo débito a ser exigido em ambas as infrações.

Acato as conclusões do autuante, pois constato que a auditoria foi efetuada através do sistema eletrônico de emissão de notas fiscais e não no Livro Registro de Saídas e Apuração do ICMS. Por outro lado, de acordo com as averiguações efetuadas pelo próprio autuante restou comprovado que o sujeito passivo corrigiu os equívocos existentes nos documentos fiscais quando da escrituração dos livros fiscais apurando e recolhendo corretamente o imposto, inexistindo diferenças a serem exigidas em ambas as infrações.

Ante ao exposto julgo Improcedente o Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279102.0009/17-7**, lavrado contra **NORVAL URIAS DA SILVA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de abril de 2018

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – RELATORA

MÔNICA MARIA ROTERS - JULGADORA